

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/37611	49869/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DF - DFG - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



RESOLUÇÃO

Processo: 2022/500.10.301/199

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Processo de migração

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Assunto: Proposta de notificação de medida cautelar – suspensão da atividade no período incomodativo (entre as 21h00 e as 08h00)

Técnica responsável:

Local:

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/35469 de 4 de Novembro de 2025.

RESOLUÇÃO

Considerando que no, no âmbito do presente processo:

1. Foi realizado um ensaio acústico entre maio e julho de 2023, onde foi possível constatar que, no período incomodativo reportado – 21h30/23h00, a entidade denunciada, não cumpria com o critério de incomodidade.
2. Entre outubro e dezembro de 2024, foram efetuadas novas medições acústicas onde foi possível constatar que, no período incomodativo reportado – após as 23h00, a entidade denunciada, continuava a não cumprir com o critério de incomodidade.
3. A entidade denunciada, ao longo do processo, demonstrou vontade em minimizar o impacto da incomodidade reportada, não tendo, todavia, alcançado solução apta para o efeito e em prazo razoável.

Face ao exposto, propõe-se superiormente, a notificação de todos os interessados, **dando conta do supra exposto** e:

- Informando que, nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro – Regulamento Geral do Ruído (RGR), *"as entidades fiscalizadoras podem ordenar a adoção das medidas imprescindíveis para evitar a produção de danos graves para a saúde humana e para o bem-estar das populações em resultado de atividades que violem o disposto no presente Regulamento"*, pelo que, é intenção deste Município, proceder **suspensão da atividade no período incomodativo (entre as 21h00 a as 08h00)**, nos termos do n.º 2, do referido artigo 27.º do referido diploma;

- Pelo que, dispõem do prazo de 10 (dez) dias úteis para se pronunciar, por escrito, acerca de tal projeto de decisão, bem como requerer diligências complementares e/ou juntar elementos que



considere relevantes, em sede de direito à audiência prévia dos interessados, conforme o disposto no artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo.

Findo o prazo de audiência prévia sem que se pronuncie presume-se a aceitação do presente projeto de decisão, transformando-se este automaticamente em decisão final.

Decorrido o prazo sem que tenha sido dado cumprimento aos termos da presente notificação, o Município procederá coercivamente ao encerramento preventivo do estabelecimento.

Mais se deverá informar que a presente medida será reavaliada num prazo de dois meses após a mesma se tornar definitiva.

À Consideração superior da Diretora do Departamento de Fiscalização,

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

DESPACHO
Número: 2025-1618 Data: 05/11/2025

Código Validação: 64LRJ6K4N4CX56LXLJC6JYKQ
Verificação: <https://braga.balcaoeletronico.pt/>
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona | Página 2 / 2

